

AS FÔRÇAS ARMADAS E AS ASPIRAÇÕES REFORMISTAS DO POVO BRASILEIRO

Ten-Cel OCTAVIO PEREIRA DA COSTA
Oficial de EM

Realizando profunda análise sociológica da conjuntura nacional, o eminente mestre Padre Fernando Bastos de Ávila sintetizou, nestas palavras, a sua interpretação dos atuais interesses e aspirações do povo brasileiro:

“As aspirações do povo brasileiro definem-se hoje em termos de reforma. Esta aspiração reformista dilata as esperanças de tôdas as camadas sociais, classes médias e classes economicamente fracas, que constituem a grande maioria de nosso efetivo democrático. Mesmo nas classes altas, nota-se uma intenção ou ao menos uma aceitação de revisão do próprio estatuto no sentido de transformá-lo de um privilégio hereditário em uma responsabilidade social. Só não participam desta aspiração os que, alienados do processo histórico do povo brasileiro, se obstinam exclusivamente em sacar vantagens pessoais e egoísticas da conjuntura, ou capitulam constrangidos, sob a pressão dos fatos, em barganhas e concessões, como uma quota inevitável de sacrifício para salvar o *statu quo*.”

“A aspiração reformista é uma corrente de fundo, com a força irreversível de um fenômeno telúrico. Ela nasce de uma tomada de consciência coletiva, de um estado geral de insatisfação”.

A seriedade e a importância destes pensamentos, a que a autoridade, a clarividência e a isenção do pensador emprestam especial relevo, levaram-me, de um lado, a meditar profundamente sobre a sua veracidade e exatidão e, de outra parte, a alinhar algumas reflexões sobre o papel das Forças Armadas face a esses interesses e aspirações.

Não hesito, inicialmente, em transcrever ainda algumas reflexões básicas que precederam e orientaram aquelas conclusões do Padre Ávila:

“Nossa realidade mais profunda, cremos, caracteriza-se pelo fato de que o homem brasileiro começa a compreender que ele é agente, que ele é sujeito da história”.

“O que queremos significar é que se passa entre nós o mesmo fenômeno profundo que marcou decisivamente o início da idade moderna: o homem brasileiro hoje, como ontem o homem europeu do fim do antigo regime, substitui uma visão estática, fatalista, do mundo e da história, por uma visão dinâmica. O mundo cósmico e o mundo social se lhe afiguravam como uma ordem imutável, imposta por um *fatum* extracósmico, com a inexorabilidade de um destino. Desta ordem faziam parte a estréla, o minério, a flor, o nobre e o plebeu. Todos eram igualmente indispensáveis para a harmonia universal. Tal visão criava no

homem a aceitação fatalista de sua situação, da qual êle não podia emancipar-se, porque não tinha condições de corrigir sua própria visão das coisas”.

“O homem descobriria, em primeiro lugar, que as coisas mudam e, em segundo lugar, que êle, homem, era precisamente o agente dessas mudanças; descobrir-se-ia como fazendo a história, como sujeito da história. Esta não lhe apareceria mais como o reflexo, no tempo, de um traçado transcendente, mas como o resultado, a cada momento, de opções decisivas. A história perde o sentido pré-fabricado, para aparecer-lhe como um dinamismo criador, atravessado pelas forças imprevisíveis da intuição genial e da liberdade.”

“Devemos dizer que vivemos o momento exaltante, pela própria riqueza de sua inesperada plurivalência. É o momento sagrado e solene em que nasce pròpriamente um povo. Em que um povo emerge de sua condição primitiva de massa. Massa é um volume informe, manipulado por mãos estranhas, que amoldam à imagem e semelhança de seus configuradores, muitas vêzes, segundo interêsses inomináveis. Povo é um todo social consciente, e só um organismo dotado de alto grau de conscientização é capaz de uma opção, da formulação de um projeto coletivo, de afirmação de sua personalidade social. Notamos que tal fenômeno de conscientização não é ainda o atributo da totalidade do povo brasileiro. Mas notamos também que não é mais o privilégio de uma elite alerta e sensível às mutações sociais. Segmentos cada vez maiores da população brasileira emergem definitivamente para a visão destes novos horizontes. Camadas cada vez maiores de nosso povo realizam a mesma descoberta e se decidem no sentido de interferir nos processos sociais e orientá-los para a satisfação de seus interêsses e aspirações.”

Motivados pelas notáveis palavras do Padre Ávila, passemos às reflexões a que nos propusemos.

Cabe, inicialmente, uma pergunta básica: qual a finalidade da interpretação das aspirações e interêsses nacionais?

Os interêsses e aspirações do povo se traduzem em objetivos nacionais, cuja consecução e salvaguarda constituem o dever sagrado do Estado.

Os objetivos nacionais podem ser permanentes ou atuais.

Os objetivos nacionais permanentes são aquêles que atravessam os séculos, são os alicerces da nação, consubstanciam os seu anseios de sobrevivência e possuem valor duradouro e vital. Esses objetivos configuram os interêsses e aspirações permanentes, resultantes do processo histórico e das características do povo. A independência, no duplo aspecto político e econômico, a soberania, a integridade territorial, a unidade nacional, o regime democrático representativo, o desenvolvimento econômico o bem-estar parecem caracterizar os objetivos nacionais, cuja conquista e manutenção foi a tarefa dos nossos antepassados, é o nosso dever e há de ser, também, o ponto de honra das gerações futuras.

A aplicação do Poder Nacional para a conquista e salvaguarda desses objetivos, opondo-se às pressões e aos antagonismos, é o escopo da Política Nacional.

Os objetivos nacionais atuais cristalizam os interesses e aspirações nacionais em um determinado estágio da evolução histórica da nação, consideradas as limitações do Poder Nacional, os antagonismos e pressões dominantes, mas sempre tendo em vista os objetivos nacionais permanentes.

A correta identificação e a criteriosa interpretação dos objetivos nacionais atuais certamente muito ajudarão às classes dirigentes a conduzir a nação no rumo de seus objetivos permanentes. Essa compreensão é essencial, por isso que influi, decisivamente, na orientação da política financeira, da política de relações exteriores, da política de desenvolvimento e da própria estratégia nacional.

O que o Padre Ávila pretendeu ter auscultado na alma do povo brasileiro foram, inequivocamente, as suas atuais aspirações, embora o fizesse com aquêlê sentido de continuidade histórica que liga os objetivos de hoje aos objetivos permanentes da nação.

Vale ainda caracterizar uma distinção. O interesse é das elites, tem conteúdo racional. A aspiração é das massas populares, é essencialmente emocional. As elites compreendem os interesses, as massas sentem as aspirações.

É agora oportuno formular outra questão: a quem cabe identificar e interpretar os interesses e as aspirações do povo?

Certamente que isso constitui tarefa das elites dirigentes, daqueles que estudam, que meditam, que sentem, que auscultam, que lideram as massas populares.

No Parlamento, nas Universidades, nos Partidos Políticos, na Imprensa, na Igreja, nas organizações de classe e nas obras e instituições de assistência social estão os homens que têm vivência, acuidade e sensibilidade para contribuir em proveito da mais perfeita identificação das aspirações do povo. É precisamente o caso de Fernando Bastos de Ávila — sacerdote, educador, publicista e sociólogo de extraordinários méritos.

E as Fôrças Armadas? Estarão elas ou os seus integrantes capacitados à interpretação desses interesses e dessas aspirações?

É certo que são integradas de uma elite de homens preparados na melhor escola do patriotismo, mas é incontestável que, atuando num campo específico e bastante delimitado do Poder Nacional — o da Segurança Nacional — e constituindo os instrumentos de ação do componente de força do Poder Nacional — o Poder Militar — suas contribuições podem carecer de visão de conjunto ou serem mal compreendidas, recebendo o labéu de interferência e coação.

Amplamente caracterizada a competência e a autoridade do eminente Padre Ávila para trazer a sua contribuição à análise sociológica dos interesses e das aspirações do povo brasileiro, passemos a considerar e

discutir as suas afirmações, no rumo destas reflexões que visam situar o papel das Forças Armadas.

Será exato que as aspirações do povo brasileiro definem-se hoje em termos de reforma e que a aspiração reformista nasce de uma tomada de consciência coletiva e tem a força de um fenômeno telúrico?

Buscando resposta adequada a tal indagação, encontramos, de uma parte, os que negam veementemente a afirmação, atribuindo aos demagogos, aos aventureiros, aos agitadores e aos filocomunistas toda uma dialética impressionista e carismática, e a responsabilidade de um movimento artificial e fictício, sem qualquer base popular. De outra parte, há os que consideram a realização das reformas estruturais a última oportunidade para a eliminação pacífica de nossas imensas injustiças sociais e argumentam até que a idéia das reformas de base das nações subdesenvolvidas está no cerne da "Mater et Magistra" e constitui uma das exigências fundamentais da "Aliança para o Progresso".

O próprio Padre Ávila ressalva e adverte: "Tentando esta análise das aspirações do povo brasileiro, queremos assegurar que não estamos procurando fazer um alarmismo fácil. Nem enunciamos estas reflexões levados pelo pessimismo derrotista de quem diagnostica um mal irreparável. Nós as fazemos com uma intenção construtiva, precisamente porque cremos que a atitude de um otimismo ingênuo ou de um revisionismo superficial é uma atitude suicida, que ameaça a permanência de nossas tradições democráticas e cristãs. Sabemos que não faltam os que atacam as aspirações reformistas, com uma intenção subversiva, visando cultivar a insatisfação contra o regime e a decepção pelas instituições democráticas, para lançar-nos em uma desastrosa e irreparável experiência socialista de tipo totalitário. Nossa intenção é rigorosamente oposta: é chamar a atenção para a atual dinâmica brasileira, no sentido de colocar-nos diante de uma realidade, a qual, queiramos ou não, ergue-se diante de nós como um desafio. Tentar desconhecê-la seria loucura, porque nos exporia ao risco de sermos esmagados por sua própria inércia".

Será justa e verdadeira a acusação antecipada de que só não participam desta aspiração reformista os que se obstinam em sacar vantagens pessoais e egoístas da conjuntura?

Dizem uns que tal acusação, além de injusta e parcial, foi inspirada na linguagem violenta dos demagogos, que buscam a exploração eleitoral das massas populares. Outros, ao contrário, ressaltam a exatidão do conceito e caracterizam ainda mais a acusação e os acusados. É oportuno aqui mencionar as palavras pronunciadas por D. Hélder Câmara ao agradecer a outorga do Prêmio René Sand, a que fez jus por haver conquistado excepcional posição de destaque no trabalho pelo bem-estar social. Nessa ocasião afirmou que os democratas devem arrebatar dos comunistas a bandeira das reivindicações que estes apenas exploram. E disse: "Quando seres humanos não dispõem de casas que mereçam o nome de casa, de alimentos que não sejam dieta de fome, de vestes compatíveis com a dignidade humana, de um mínimo de educação e de um trabalho autêntico, faltam-lhe as preliminares da liberdade: não adianta, então,

falar-lhes em direitos fundamentais do homem e da pessoa humana, em liberdade de pensamento, de imprensa e de religião." E ainda: "Cabe-nos, com amor — pois só o amor constrói — despertar os ricos que ao menos em nosso continente — como afirma "The Economist" — não só detêm oitenta por cento das terras, mas quase sempre controlam os Parlamentos e têm o grau de idealismo e de fé no futuro medido por seus depósitos nos Bancos da Europa e dos Estados Unidos. É preciso que eles entendam, enquanto é tempo, que se não agirem por idealismo e convicção religiosa, ao menos devem agir por inteligência, para evitarem atitude suicida."

Corresponderá à nossa realidade a afirmação enfática de que estamos vivendo o momento sagrado e solene em que nasce um povo, em que ele emerge da condição de massa, e que o homem brasileiro começa a compreender que ele é agente, que ele é sujeito da história?

Este não suscita discordância tão nítida e tão profunda quanto os conceitos anteriores. As opiniões mais irreconciliáveis concordam na constatação do fenômeno da politização ou conscientização do povo brasileiro, divergindo apenas na avaliação do grau em que essa conscientização se verifica. Os mais extremados articulam, porém, que não existe, propriamente, um movimento partido do povo, mas sim o reflexo, na massa popular, do pensamento e da ação de seus líderes mais atuantes, mas, em qualquer caso, não chegam a negar a crescente conscientização do povo brasileiro. Em verdade, a cada nova consulta eleitoral esse fenômeno mais e mais se evidencia, no inesperado e na independência dos resultados.

Considerando que essa conscientização é realidade indiscutível, diremos, então, que a profunda análise sociológica do Padre Ávila só poderá ser plenamente comprovada e ratificada, com o veredicto das urnas nas próximas eleições gerais. Nas tendências de seus preferidos poderemos, possivelmente, distinguir os verdadeiros interesses e aspirações do povo brasileiro. Tal veredicto nos dirá se o ideal reformista, definindo em termos de reforma agrária, administrativa, bancária, tributária, fiscal, partidária, eleitoral, judiciária, etc, é uma aspiração da maioria do povo brasileiro ou se constitui, tão-somente, o interesse de certas minorias desejosas de agitação e subversão.

Se tais aspirações de reforma de nossa estrutura sócio-econômica estão ainda a exigir ratificação nas urnas, parece-nos possível, no entanto, identificar alguns ideais coletivos, verdadeiros anseios da imensa maioria do povo brasileiro. Desejamos referir-nos à defesa intransigente do nosso patrimônio de liberdades, de nossas tradições democráticas e cristãs, à luta contra o subdesenvolvimento, contra a injustiça social, contra o colonialismo e escravidão econômica, contra a discriminação racial e, muito especialmente, à reformulação e moralização de nossos costumes políticos e administrativos visando ao fortalecimento da democracia. Queremos referir-nos, finalmente, ao anseio generalizado de paz social para o trabalho construtivo.

Como considerar, por conseguinte, a posição das Forças Armadas face aos interesses e às aspirações reformistas que o povo brasileiro venha a revelar nas urnas?

Tal indagação sugere-nos três tipos básicos de reflexões: referentes ao dever das Forças Armadas diante das aspirações populares, à compreensão das aspirações do povo em relação às suas Forças Armadas e, finalmente, à interpretação dos próprios anseios das Forças Armadas.

Há no texto constitucional dois aspectos que emprestam singular relêvo às Forças Armadas: a sua definição e a sua destinação.

Definem-se como instituições nacionais permanentes sob a autoridade suprema do Presidente da República.

Destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Em nome dessa definição e dessa destinação não faltam os que atribuem às Forças Armadas posição de árbitros dos destinos da nacionalidade, de guardiães inflexíveis de suas instituições e de seus objetivos, como se essas instituições e êsses objetivos tivessem caráter estático e absoluto. Tal interpretação parece esquecer o postulado fundamental, inscrito no artigo primeiro da Carta Magna, de que todo poder emana do povo e em seu nome será exercido, o que significa reconhecer ao povo o papel de único e verdadeiro árbitro de seu próprio destino.

Como, então, pode o povo fazer sentir a sua vontade?

Num regime democrático representativo, faz-se sentir essa vontade, fundamentalmente, no Congresso Nacional.

Assim, pensamos que o dever precípua das Forças Armadas diante das aspirações populares é o de prestigiá-las, de protegê-las, de garanti-las, na manifestação das maiorias parlamentares, que, são afinal, na mais pura doutrina democrática, a expressão da própria vontade do povo.

Manifestando-se em termos reformistas, ou em termos conservadores, não lhes cabe, senão, o dever de aceitar e respeitar a vontade do povo. Interferir no sentido da evolução ou da reação é violentar o processo democrático e malbaratar sua própria destinação.

Nossa segunda ordem de reflexões refere-se às aspirações do povo relativamente às suas Forças Armadas.

A êsse respeito não conhecemos pesquisas sociológicas dignas de crédito e, por outro lado, os Partidos Políticos e os candidatos a postos eletivos raramente incluem em suas plataformas idéias sôbre as Forças Armadas, o que não nos permite aquilatar, com certo grau de precisão, as tendências ou as aspirações populares em relação à política de segurança nacional. Ocorrem manifestações isoladas, no Parlamento e na Imprensa, em geral carentes de conhecimentos básicos, nem sempre justas e patrióticas ou orientadas no sentido do bem comum.

Deveriam as Forças Armadas realizar pesquisas de opinião, por meio das quais pudessem sentir, com razoável exatidão, como o povo as vê e o que delas espera. Poderiam também, por intermédio de bem conduzidas campanhas, esclarecer a opinião pública sôbre as exigências da segurança nacional, os sacrifícios que ela exige e como vem sendo assegurada.

Estamos certos de que essa interpenetração haveria de tornar as massas populares mais sensíveis e compreensivas aos objetivos e missões de suas Fôrças Armadas e estas, ainda mais atentas e mais fiéis aos seus deveres.

Desejamos fazer algumas especulações sôbre quais poderiam ser as principais aspirações do povo relativamente às suas Fôrças Armadas.

Acaso não terá os contornos de verdadeira aspiração o anseio generalizado de que elas se mantenham adstritas, exclusivamente, aos seus misteres profissionais?

Não será uma aspiração generalizada no seio do povo a reformulação da legislação referente ao Serviço Militar, visando torná-la mais consentânea com a realidade de nossa explosão demográfica, com as restritas possibilidades de adestramento dos enormes contingentes anuais e com as necessidades de nosso desenvolvimento?

Não será também uma aspiração, constantemente expressa na imprensa, a de que a nação pague por sua segurança preço mais compatível com as suas possibilidades e mais coerente com os imperativos de seu desenvolvimento?

Entre inúmeros pronunciamentos neste sentido, ilustramos a indagação com as palavras candentes de Rubem Braga, que soam como um libelo: "Gastamos com as Fôrças Armadas uma percentagem despropositada de dinheiros publicos. Ficamos com muito pouco, excessivamente pouco, para as grandes obras necessárias ao nosso desenvolvimento econômico. Ora, tôda gente sabe — e não há nenhum soldado moderno que também não saiba — o poderio militar de um país depende de seu poderio econômico. Isso não apenas pela sua capacidade de fabricar armas e prover as fôrças militares de tudo o que precisam; também pela facilidade de formar quadros. Um povo doente e ignorante não pode fornecer elementos em quantidade e qualidade desejáveis em caso de guerra. O nível tristemente baixo de educação impede que se formem, com facilidade, homens capazes de fazer a guerra moderna, que exige, digamos, assim, muita mão-de-obra especializada. Não seria mais inteligente gastar menos com as Fôrças Armadas e mais com educação, saúde, transporte, energia?"

"E o pior não é isso. O pior é que, apesar de gastarmos tanto com as Fôrças Armadas, estamos sempre ... desarmados. Não sou quem diz, são os próprios chefes militares, sempre a clamar que estamos desaparelhados, que é urgente reequipar nossas tropas. Os engenhos de guerra modernos são tão caros que, mesmo na hipótese absurda de queimar tôda a receita da União nas pastas militares, ainda assim estaríamos desaparelhados."

"Ora, é urgente repensar todo o problema da defesa nacional. Será que não temos chefes militares com categoria intelectual bastante para enfrentar corajosamente êsse reexame geral de nosso problema de defesa? Que não se limitem a raciocinar em termo de Exército, de Marinha ou de Aeronáutica e se arrisquem a pensar em termos de Brasil?"

Nossas reflexões finais dirigem-se ao seio das Fôrças Armadas e aos seus problemas de correlação e de estrutura interna.

Sendo elas e particularmente o Exército, por sua formação democrática, a própria imagem do povo brasileiro, acaso não refletem também os mesmos anseios e as mesmas inquietudes do povo a que servem?

É certo que sim. Mas é possível também distinguir e auscultar, nos seus quadros, as suas próprias aspirações. Não nos atrevemos a realizar a análise sociológica dessas aspirações, mas tão-somente a fazer algumas reflexões que estimulem a meditação e o debate construtivo.

Não hesitamos em afirmar que, ao lado das aspirações comuns a todo o povo brasileiro, de preservação da paz interna, de eliminação da injustiça social e de moralização de nossos costumes políticos e administrativos, a aspiração mais generalizada no seio das Forças Armadas é a sua própria reestruturação básica, visando assegurar-lhes maior eficiência na garantia de nossas instituições democráticas. Cremos que, embora busquem maior capacitação, elas são patrioticamente sensíveis ao reclamo contra a enormidade dos gastos militares e, por conseguinte, a imensa maioria de seus componentes vê na integração das Forças Armadas um dos caminhos para o milagre do aumento da eficiência associado à diminuição do gravame orçamentário. É opinião generalizada, ou pelo menos da maioria, que essa integração, eliminando o desperdício de três estruturas paralelas de natureza similar na mesma unidade de objetivo, evitando a multiplicidade de serviços de natureza comum, combatendo a dispersão de esforços, banindo as competições paralisantes, e assegurando mais justa e coordenada aplicação dos recursos, assim como o melhor atendimento das prioridades, muito haveria de contribuir para a redução das despesas militares. Para esse objetivo também poderia contribuir uma radical mudança na estruturação dos quadros das Forças Armadas, reduzindo-se os benefícios da estabilidade a um mínimo de pessoal permanente indispensável e fazendo-se o mais largo emprêgo das reservas, desde os graduados até os postos intermediários de oficial.

No que respeita ao âmbito do Exército, também não hesitamos em afirmar que, em todos os escalões da hierarquia, sobretudo nos mais responsáveis, é aspiração generalizada o empreendimento inadiável de reformas fundamentais, que asseguram maior eficiência à instituição.

Cremos que essa aspiração traduz-se, principalmente, em termos de reforma dos órgãos de cúpula, de adaptação das organizações militares às imposições da guerra moderna e da guerra revolucionária, de rearticulação do dispositivo visando às novas servidões, de redução e transformação de certas unidades em proveito de maior eficiência, de simplificação dos métodos da administração, de reforma de algumas leis básicas, como as de movimentação, de inatividade e de promoções.

Parece-nos ser opinião generalizada que a cúpula de nossa organização deveria ser mais simples mais leve, mais funcional e menos onerosa, eliminando-se a superposição e a duplicidade de órgãos, mesmo considerados os cortes e as reduções que essa simplificação pudesse acarretar às perspectivas da carreira.

Creemos que as imposições da guerra moderna e da guerra revolucionária, estão a exigir a eliminação da coexistência, em nosso parecer quase impossível, numa mesma organização militar, das necessidades de emprego imediato e de instrução militar de formação, com todos os seus estágios e especializações. Talvez devêssemos tender para a organização de centros de formação de reservistas, em que pudéssemos instruir contingente maior com melhor economia de recursos, e dispor de um número menor de unidades constituídas à base de homens mobilizáveis, em superiores condições de emprego.

Creemos que a maioria dos quadros responsáveis sente a necessidade de, com o mínimo de gastos, rearticular o dispositivo, atualizando as servidões relacionadas com as possíveis áreas operacionais, e colocando-nos em condições mais favoráveis para enfrentar as ameaças do presente e, ao que tudo indica, as do futuro.

Creemos que é aspiração generalizada a implantação da verdade administrativa e a eliminação da mentira, que exige dos nossos comandantes de unidades malabarismos de toda ordem para assegurar a sobrevivência de suas organizações.

Como mentira administrativa, queremos significar a atribuição, às organizações militares, de verbas antecipada e sabidamente insuficientes ou irrisórias, permitindo-se, ao contrário, a criação de fundos paralelos, provenientes de economia de etapas, o que nem sempre é possível conciliar com os interesses da instrução. Ou, ainda, a atribuição de créditos suplementares, feita pela alta administração militar, muitas vezes tardiamente, em decorrência dos saldos de fim de exercício. Essa mentira administrativa poderá conduzir ao absurdo de que os melhores comandantes e administradores sejam aqueles mais hábeis no economizar na alimentação de seus homens ou os mais felizes na obtenção de créditos suplementares.

Como verdade administrativa, queremos significar fundamentalmente, a atribuição de verbas compatíveis com a realidade e a proscrição da economia de etapas como recurso básico de sobrevivência, ainda que para isso seja necessário reduzir o número de organizações militares ou o volume de encargos da Força Terrestre. A título de ilustração, compare-se, por exemplo, o que se passa na Amazônia em relação às três Forças Armadas. A Marinha, que tem a concepção de que a tarefa a realizar está condicionada aos recursos atribuídos, limita suas atividades à faixa oceânica e à zona do estuário, com apenas esporádicas incursões para montante do rio-mar. Mas sem qualquer idéia de continuidade de apoio às numerosas colônias militares e guarnições de fronteira existentes naquela imensa área. Ela condiciona a efetividade desse apoio à concessão de vultosos créditos, judiciosamente planejados, que lhe permitirão reunir todos os recursos necessários, — tais como bases e embarcações apropriadas. Enquanto isso, o Exército, cuja concepção de vida é a de que a tarefa se cumpre até com "meios de fortuna", amplia e agrava cada vez mais os seus encargos naquela imensurável região, montando e acionando novas colônias e guarnições de fronteira, chegando

até a manter, com ingentes sacrifícios, uma estrutura de navegação fluvial. O mesmo se passa em relação à Aeronáutica, que supera a carência de recursos e presta aos homens da fronteira desvelado e inestimável apoio de transporte aéreo.

Creemos ainda ser generalizada a opinião de que é mister reformular ou revitalizar a legislação de movimentação, tendo em vista assegurar o estímulo e a confiança, pela distribuição justa e equitativa dos ônus e das oportunidades da profissão.

Creemos, com a maioria, ser indispensável a revisão da legislação de inatividade, visando, não só assegurar um fluxo adequado nos diversos postos, em idades compatíveis com a eficiência militar relativa, mas também, com toda a coragem, alijar do Exército, desde os estágios iniciais da carreira, os que, comprovadamente, não o servirem bem.

Creemos também ser necessária corajosa atualização da legislação de promoções, pois a vigente, embora destinada a corrigir tremendos defeitos da anterior, contém incoerências, contradições e imperfeições incompatíveis com uma organização que tem permanente necessidade de selecionar os seus chefes e de estimular o trabalho profícuo, a iniciativa e a ação, combatendo a rotina, o marasmo, o determinismo e a inércia.

Creemos, finalmente, que a maioria de nossos quadros, sobretudo os mais jovens, interpretando as realidades do nosso século e as tendências da guerra, sente a necessidade da reformulação de inúmeros outros aspectos da legislação, visando desenvolver uma mentalidade e uma consciência tecnológica e científica que, lamentavelmente, vamos até afrouxando pela negação de oportunidades aos nossos técnicos e pela limitação das possibilidades de acesso aos conhecimentos científicos, restritas agora a poucos quadros. Creemos, com a maioria, que sem essa generalização da consciência tecnológica e científica, associada a indispensável devotamento profissional, nenhum Exército moderno estará à altura de sua missão.

Ao término destas considerações, suscitadas pela controvertida análise sociológica do eminente Padre Ávila, como reflexão final e conclusiva, interpretamos o papel das Forças Armadas face às aspirações reformistas do povo brasileiro, como sendo o de garantir a soberania de sua vontade, se livre e inequivocamente manifestada nas urnas, e, por outro lado, o de, patrioticamente, se reformarem a si mesmas, no sentido do menor grave para a nação e da maior eficiência na salvaguarda do nosso patrimônio democrático e cristão.

Estamos convencidos de que não é válido o argumento de que, face à nossa conjuntura sócio-econômica, modificações básicas das Forças Armadas são perigosas e inoportunas. Este é o caminho do marasmo e da ineficiência, muito mais ameaçador que o caminho da evolução.

Pensamos que o momento que vivemos não é tão cedo, nem demasiado tarde para o início de uma reformulação honesta das Forças Armadas, em nome da própria segurança nacional, de que elas são as fiéis guardiãs.